



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: ALESSANDRO GUEDES**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 22 DE NOVEMBRO DE 2019

---

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
-

**O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes)** – Bom dia a todos. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 33ª audiência pública que esta Comissão realiza no ano de 2019, sendo a sétima audiência temática ao PL 647/2019, de autoria do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2020.

Sobre a seguinte rubrica orçamentária: “Secretaria Municipal de Segurança Urbana. Em virtude de compromissos anteriormente firmados pelo Secretário Municipal de Mobilidade e Transportes, Sr. Edson Caran, a audiência pública ao Orçamento de 2020 sobre o tema de Transporte que ocorreria agora foi reagendada para a próxima segunda-feira, dia 25/11, às 10h30, no Plenário 1º de Maio, 1º andar desta edilidade”.

Informo que o calendário das audiências públicas ao Orçamento de 2020 está sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 18/10, em dois jornais de grande circulação: *O Estado de S. Paulo*, nos dias 17, 23, 31/10 e 05, 13 e 19/11; e *Folha de S. Paulo*, nos dias 18 e 24/10 e 01, 06, 14 e 20/11, além de disponibilizar no calendário no seguinte endereço: [www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2020/agenda](http://www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2020/agenda).

Informo também que as demandas podem ser apresentadas em formulário a ser retirado junto à nossa secretaria, à direita da nossa Mesa, ou também pelo seguinte endereço: [www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2020](http://www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2020), no link: Dê a sua sugestão.

Foram convidados para esta audiência pública o Secretário Municipal de Segurança Urbana José Roberto Rodrigues de Oliveira, que convido para compor a Mesa.

À sociedade, em geral, aos Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, informo também que enviamos a todas as Secretarias e Subprefeituras convites constantes dos calendários, para participarem de todas as audiências públicas referentes ao PL 647/2019, do Orçamento de 2020.

Quero convidar também para compor a Mesa o Secretário Adjunto da Segurança Municipal de Segurança Urbana, Sr. Celso Aparecido Monari.

Informo a todos que as inscrições para fazer o uso da palavra são com a nossa

secretaria. As pessoas que quiserem apenas preencher a sua demanda, a sua proposta, e entregar, independentemente do uso da palavra, poderão retirar o formulário com a secretaria, ou através do *site* já mencionei. Aqueles que fizerem o uso da palavra para fazer reivindicação também têm que apresentar o formulário preenchido com a sua proposta.

Srs. Secretários, sejam bem-vindos à Câmara Municipal de São Paulo. Como eu falei, durante esse processo de leitura, hoje estava previsto também o debate sobre a Secretaria Municipal dos Transportes, entretanto, devido a um compromisso importante da Secretaria de Transportes e todo o seu primeiro escalão, a gente chegou ao entendimento de transferir para segunda-feira a audiência pública com eles, para que não fique prejudicada, sem as respostas que a sociedade precisa nesse tema tão importante, que é o transporte público.

Então esses são os motivos pelos quais hoje não haverá audiência pública referente ao tema Transporte. Mas as pessoas que quiserem fazer o uso da palavra porque veio para essa finalidade, para falar sobre esse tema, entregar uma proposta, pode fazê-lo, independentemente; e eu me encarregarei de entregar essas propostas pessoalmente ao Secretário, que estará aqui na segunda-feira para tratar desse tema.

O Secretário José Roberto Rodrigues de Oliveira fará uma exposição inicial. Se houver algum complemento a ser feito pelo Sr. Celso Aparecido, Secretário-Adjunto, ele o fará nessa parte inicial da audiência pública. Depois abriremos para os questionamentos da população, da sociedade presente, que poderá se inscrever na nossa mesa à direita. Ao fim os questionamentos da Mesa, dos Vereadores presentes; e, ao final desses questionamentos, encerraremos com as respostas, a elucidação do caso, junto aos Secretários.

Quero anunciar a presença do Vereador Atílio Francisco, Relator do Orçamento de 2020, convidado para compor a Mesa.

Tem a palavra o Secretário José Roberto Rodrigues de Oliveira.

**O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA** – Bom dia a todas e a todos. Cumprimentar aqui o nobre Vereador Alessandro Guedes, o Vereador Atílio Francisco, o meu

Secretário Adjunto Celso Monari.

Falar um pouco do nosso orçamento. A primeira notícia boa é que, em relação a este ano, aumentou 6,7% o orçamento da segurança. Isso já é algo auspicioso para a segurança, o aumento nessa rubrica, que vai permitir que a gente possa avançar um pouco mais na segurança.

Em linhas gerais, em despesa de pessoal, nós teremos orçado R\$ 483 milhões. A operação delegada, que é um convênio que nós temos com a Secretaria de Segurança Pública, serão R\$ 43,2 milhões para as atividades da operação delegada.

Nós temos na Secretaria as juntas de Serviço Militar, que são 20 juntas pela Cidade: serão R\$ 102.400,00. A administração da própria sede da Secretaria, em todas as suas atividades, R\$ 3.502.759,00. Manutenção do sistema de informação, R\$ 6 milhões, que inclui os nossos sistemas de rádio, e tudo mais. Operação da própria Guarda Civil, R\$ 5 milhões, é operação do dia a dia, de todas as suas necessidades.

Os contratos da Guarda somam-se com locação de viaturas e todos os tipos de locação, 22 milhões e 879 mil reais. Bens permanentes, teremos um valor de 400 mil reais; outras despesas no valor de 122 mil reais; em projetos, 2 milhões de reais. Esses projetos são a troca de todos os armamentos da Guarda de hoje para pistola. Construção, reforma e manutenção predial das nossas unidades, 500 mil reais; operação da Defesa Civil, 1 milhão e 788 mil reais.

E o recurso do INSS, que é um programa de 2018, em que foram destinados 10 bilhões de reais para projetos em segurança pública no País. Em São Paulo, nós estamos projetando para o ano que vem 124 milhões de reais. Então todas as tratativas, todos os termos de referência, estão todos prontos; todas as condições já foram avaliadas pela Secretaria da Fazenda e isso está entrando no Orçamento do ano que vem. Com isso, nós teremos nove projetos a serem desenvolvidos, com centro de telecomunicações novo, enfim. Posso depois elencar, se houver interesse, mas em linhas gerais: a reformulação do nosso Cetel - Centro de Telecomunicações da Guarda Civil; veículos para atividades de operações

especializadas e veículo de suporte, como motocicletas, veículos customizados, também unidades especializadas, veículos híbridos, elétricos, náuticos, drones, que é algo entrou na Guarda civil, pioneira nesse tipo de atividade no País. Nós estamos também aumentando com relação a armamento, a espingarda, enfim, tenho todo um detalhamento aqui desses 124 milhões de reais do convênio com o BNDES, que já está bem adiantado e que entra para o Orçamento do ano que vem.

Não sei se vale a pena detalhar cada item, Vereador, mas estou à disposição para as perguntas. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes)** – Obrigado, Secretário.

Tem a palavra o Secretário-Adjunto Celso Aparecido Monari.

**O SR. CELSO APARECIDO MONARI** – Bom dia a todos. Vereador, Secretário, nosso chefe de gabinete da Secretaria, demais presentes, é uma satisfação estar com vocês. Esperamos ter uma manhã agradável de trabalhos e esclarecer as dúvidas que forem necessárias quanto ao Orçamento da Secretaria de Segurança Urbana.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes)** – Obrigado, Sr. Celso Monari. O Vereador Atílio Francisco quer fazer uma saudação inicial?

**O SR. ATÍLIO FRANCISCO** – Bom dia a todos. Secretário Adjunto, Presidente e todos os que estão presentes. Estamos atentos para receber as demandas que forem necessárias para que a gente possa fazer um estudo profundo e colocar dentro da peça orçamentária, para que a nossa Secretaria de Segurança Urbana possa ter, no próximo ano, desenvolvimento, uma atuação mais intensa em favor dos munícipes da cidade de São Paulo.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes)** – Obrigado, Vereador e Relator Atílio Francisco. O primeiro inscrito para falar é o Sr. Fábio Siqueira.

**O SR. FÁBIO SIQUEIRA** - Bom dia, Presidente Guedes, Relator Atílio, Secretário José, a equipe da Secretaria e, especialmente, a população presente.

Tratar da segurança urbana numa Cidade caótica e com sérios problemas de gestão como São Paulo é muito difícil. Por isso, acho que nem cabe agora discutir o Orçamento, mas cabe discutir assuntos como, por exemplo, a Secretaria do Transporte, que fugiu hoje; e espero que a Câmara cobre a presença do Secretário para segunda-feira, pois esta reunião estava marcada já há um mês.

Existe uma dotação chamada Estatuto do Pedestre, Lei 16.673, pedestre seguro. O tema não é segurança? Então pedestre seguro: intervenção em vias e áreas públicas. Essa dotação da Secretaria de Transportes prevista em R\$ 12 milhões não foi executada, nada, em 10 meses. Ou seja, se nem mesmo a Secretaria do Transporte não consegue cumprir uma lei municipal para a qual existem R\$ 12 milhões e deixa o pedestre seguro, como que a gente vai tratar dos outros assuntos de segurança urbana e segurança pública?

Também estranho muito, Secretário, que não se fazem mais bases comunitárias fixas na cidade de São Paulo. Eu gostaria de saber quanto custa essa base, porque a gente está vendo que o próprio patrimônio público vem sendo muito vilipendiado. Eu dou o exemplo dos cemitérios públicos. Acho que para privatizar, para entregar, estão ficando cada vez mais numa situação de miséria, um desrespeito aos nossos mortos, familiares.

Visitando o Cemitério São Luiz, notei que tem uma base muito interessante da Guarda Civil ali. E isso inibe os furtos, os roubos. Por que os outros cemitérios não têm essas bases comunitárias? Seja da Lapa, do Brás, da Vila Mariana; estão constantemente sendo respeitados desrespeitados, violados, os túmulos.

Eu não entendo por que a Guarda Civil Metropolitana não tem uma atuação mais direta sobre esse assunto. Não entendo também porque esse excesso de segurança, vigilância privada, em próprios municipais, se é dever da Guarda Civil fazer esse trabalho, porque são pagos para isso. Fica difícil entender, compreender, essa questão da segurança urbana na cidade de São Paulo.

Também não sei até que ponto – e eu gostaria de uma explicação – a Guarda Civil Metropolitana atua em questões que estão voltando, assombrando, a Cidade. Por exemplo, a

volta dos bingos irregulares, a volta da prostituição. São coisas realmente aterradoras que a gente vê na cidade de São Paulo, e não se toma providência nenhuma; e isso, em bairro rico, bairro pobre.

Então a gente se vê que aumenta o investimento da pasta, e a gente espera que esse investimento seja voltado não à repressão, mas sim à garantia dos direitos dos cidadãos paulistanos. Por isso que eu acho que não cabe muito entrar no orçamento e tudo. Cabe realmente conhecer mais os equipamentos e saber por que a periferia clama pelas bases comunitárias fixas. E não são feitas; fazem bases móveis ali, meio baratas, e não fazem as bases comunitárias fixas. Onde tem uma base lá pelo menos ter uma sensação de segurança urbana maior.

É isso. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes)** – Obrigado, Sr. Fábio Siqueira.

Quero justificar a ausência da Vereadora Soninha Francine, que está em outra atividade do mandato dela aqui na Câmara Municipal mesmo, em outro plenário, e não pôde estar presente.

Convido para usar a palavra a Sra. Maria dos Anjos Pires da Silva, da entidade Amigos Fé e Luz, Vera Cruz.

**A SRA. MARIA DOS ANJOS PIRES DA SILVA** – Bom dia a todos, secretários, vereadores. Eu sou Maria dos Anjos, sou moradora do Jardim Vera Cruz, que fica na M'Boi Mirim.

Quando se fala de segurança pública, é uma área muito carente. Quando a gente pensa em segurança pública, pensa nessa área pedindo às nossas autoridades que tenham um olhar voltado para essa periferia. Por que eu digo isso? Porque nós temos hoje equipamentos de saúde, temos nossas escolas e que são carentes de segurança pública. Nossos postos de saúde, todo dia nós estamos perdendo serviço, perdendo nossos profissionais.

Então, Sr. Secretário, como foi bem dito aqui pelo colega, que as bases são

necessárias, voltar a construir as bases, nós do Vera Cruz, da região do M'Boi Mirim, há algum tempo nós protocolamos documento com o Secretário da época - acho que era o Grela, parece, o nome dele; não sei bem o nome, mas parece que era esse nome -, nós colocamos um documento nas mãos dele para construir uma base no Vera Cruz, por conta do crime que estava acontecendo, e o descaso no serviço público. Todos os dias nós perdemos nossos professores, que deixam de dar aulas nessa região por conta da violência. Nós estamos perdendo nossos médicos nos postos de saúde, na Rede Hora Certa, porque eles são assaltados e com muita violência.

Sem falar na comunidade, porque eu represento aqui só o bairro que eu moro, são 26 mil habitantes e todas essas pessoas votam, escolhem vereador, escolhem prefeito, escolhem presidente, escolhem deputados. Mas na hora do direito nós somos excluídos. Então é uma coisa que a gente vem pedir numa audiência como esta, que sejam consideradas as falas de cada um aqui, que é direito o que nós estamos pedindo.

É incrível o que acontece na região do Ângela para lá, porque até o terminal Ângela, a gente vê as bases que são construídas ali, e não vai se comparar o que acontece ali com o que acontece no fundão. Hoje tem o crime organizado, muito bem organizado, que está localizado nessas áreas de ocupação e está aterrorizado essas áreas. A gente clama pela nossa segurança pública. Onde é que ela está?

Nós pagamos tantos impostos em tudo, gente, em tudo que nós compramos nós pagamos impostos; se tem um veículo nós pagamos impostos. Então a gente pede que esses impostos sejam voltados para a periferia, em serviço público que beneficie essa população tão carente e tão necessitada de segurança pública.

Esta é minha fala por enquanto. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes)** – Obrigado, Sra. Maria dos Anjos.

Próximo inscrito, Sr. Clóvis Roberto Pereira, presidente do Sindicato dos Guardas, Sindguardas.

**O SR. CLÓVIS ROBERTO PEREIRA** – Bom dia, Vereador Alessandro Guedes,

Secretário, Secretário-Adjunto, Vereador Atílio.

Minhas perguntas são bem objetivas. Primeiro eu queria fazer um... Até um colega que falou aqui antes... Um dos problemas de não ter bases fixas, primeiro, é que do ponto de vista da operacionalidade as bases fixas não são boas; melhor são as bases móveis mesmo; segundo é porque a Guarda não tem efetivo. Fez uma série de propostas aqui e eu, na condição de representante dos trabalhadores, fiquei imaginando a carga de trabalho que viria a mais por conta do efetivo que a gente tem.

Com relação ao Orçamento eu tenho duas perguntas bem objetivas para o Secretário. A primeira delas é: tem um processo para abertura de um concurso público que está parado desde agosto no mesmo lugar, na Secretaria de Finanças. A gente tem que lembrar que o último concurso realizado para a Guarda foi em 2013, então nós já estamos há seis anos sem concurso público. Nosso efetivo está envelhecido e se aposentando. Se não for feito um concurso urgente, no ano que vem, ainda que tenha aumentado o orçamento em 6%, que é muito aquém do que é necessário, a Guarda vai entrar em colapso, não vai ter condições de atender à demanda mínima da Cidade, quanto mais se aumentar ainda a demanda, que foram os pedidos que antecederam aqui. Então a primeira pergunta é quando vai ser aberto o concurso público para contratação de novos guardas.

A segunda é outro processo que também ajuda a pôr mais efetivo na rua, que é uma atividade que a gente tem, que é a atividade complementar, que é o que a gente chama de DEAC. Para as pessoas entenderem, é semelhante à atividade delegada da PM. Existe um processo para aumento do valor da DEAC, e isso atrairia mais pessoas para fazer, que tem mais de ano e não veio para a Câmara ainda; o processo é de 2018, nós já estamos no final de 2019 e esse processo não vem para a Câmara; é um projeto de lei, porque tem que ser alterado por lei, e ele não vem para a Câmara.

Só para concluir, aproveitar a deixa com relação a uniformes. Hoje eu recebi o telefonema de um colega, Secretário, que não pode trabalhar na rua porque ele não tem a divisa do uniforme, que é o que indica qual é o posto dele na carreira. Ele até tem uniforme,

mas não tem divisa porque a prefeitura não compra a divisa para colocar nos uniformes. Então aí a pergunta mais abrangente é se no próximo ano a Secretaria vai conseguir resolver esse problema que é histórico, grave, de fornecimento de uniforme com a regularidade que tem que ser: borzeguim, tem colega com borzeguim furado, sem divisa, não recebe uniforme por longos períodos de tempo.

Era o que eu queria perguntar. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes)** – Obrigado, Sr. Clóvis.

Próximo inscrito, Sra. Maria Souza da Silva, do Conseg Parelheiros.

**A SRA. MARIA SOUZA DA SILVA** – Bom dia a todos, autoridades que estão aqui.

Eu sou Maria, sou agente jurídica de Parelheiros e venho representar o Conseg.

Já pedi para a autoridade de Parelheiros uma base móvel para o bairro do Recanto Campo Belo, Almeida, Jardim Almeida e Jardim dos Álamos. Esse local é muito longe de delegacias e tem muitas drogas, um monte de coisas na rua que a gente vê até de manhã cedo, pessoas que estão lá assediando as pessoas que passam na rua.

Parelheiros é um bairro bem desenvolvido e falta muita segurança pública lá. Eu pedi uma base móvel para lá, a autoridade disse para mim que não tem efetivo lá que corresponde. Nas escolas também falta muita segurança, não tem segurança na escola, são muitas reclamações, muita coisa lá que tem que ser bem vista, autoridade tem que ver isso daí, porque as drogas lá correm soltas.

É isso que eu tenho para falar.

**O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes)** – Obrigado, Sra. Maria Souza.

Próximo inscrito, Sr. Artur Amato Neto, do Conade.

**O SR. ARTUR AMATO NETO** – Sou do Conade, sou do Conselho Nacional do Detetives, e eu gostaria de saber por que não é aumentado o efetivo na área de investigação e por que não é feito nada para auxiliar a investigação e a Polícia Civil.

Tantas coisas são feitas, são destinadas verbas para tantas coisas, mas as pessoas falam que foi destinada verba para tecnologia, mas muitos dos nossos homens não

têm coletes à prova de balas. Os coletes são coletes que não aceitam uma bala de 22, de 38. Como que nós vamos conseguir trabalhar, ter efetivo, ter uma coisa melhor, ajudar mais a população, resolver os casos, providenciar que as coisas sejam resolvidas mais rápido se não temos efetivos, se não temos condições?

Se os próprios secretários dizem que aumentou a verba, ótimo que aumentou a verba, mas nós queremos saber onde essa verba vai parar, porque nós queremos ver essa verba, nós precisamos dessa verba para aumentar a qualidade do nosso trabalho. Muitas pessoas não veem isso, não veem a qualidade do nosso trabalho, porque para muitas pessoas o trabalho da polícia é um trabalho que não vale nada.

Nós precisamos também qualificar mais nossos homens. Nós precisamos de homens que saibam prestar um primeiro socorro, que saibam fazer alguma coisa, que numa situação de emergência saibam fazer uma massagem cardíaca. Nós precisamos qualificar não só os nossos investigadores melhor, aprimorar mais, como nós precisamos também os nossos GCMs, PMs e todos. Nós precisamos de maior qualificação de trabalho. Nós precisamos de um melhor desempenho de trabalho dos nossos próprios homens e da nossa secretaria.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes)** - Obrigado, Sr. Artur Amato Neto.

Último inscrito, Sr. Eduardo Júnior, do Centro Democrático dos Engenheiros,

**O SR. EDUARDO JÚNIOR** – Bom dia, a todos, Vereador Alessandro, Atílio.

Eu vim para ver a audiência da parte dos transportes, mas nos transportes nós temos também o item segurança. E uma das questões que eu queria deixar para o Secretário Caran é que nós estamos fazendo muitas ciclofaixas, mas são ciclovias que realmente dão segurança para quem pedala. Hoje nós temos as ciclofaixas, mas dificilmente alguém coloca um filho de dez anos para pedalar ali, praticamente com os carros passando a vinte centímetros do guidão da bicicleta. Então nesse aspecto eu acho que temos que ter mais ciclovias.

As conexões também, o programa cicloviário da cidade de São Paulo estava

instituído em três bases: segurança, conectividade e requalificação. A requalificação está boa, foi interessante. Por que pintar tudo de vermelho, não é? É melhor ter o vermelho justamente nos pontos onde tem cruzamentos, a segurança. Então eu achei excelente o desenho. Algumas pessoas criticaram esse novo desenho de ciclofaixa, está muito boa a ciclofaixa. Mas em termos de ciclovias eu gostaria de saber quantos quilômetros foram feitos, quantos metros de ciclovia foram feitos na Cidade. A parte foi focada mais na área da ciclofaixa mesmo, a gente compartilhando.

De uma certa forma, também, está caindo sobre as nossas costas o fato de tirar os carros que estacionam na via que está sendo implantada. Mas na realidade não estamos implantando nada de novo, só estamos requalificando. Mas o programa não dizia isso, o programa dizia atuar em todas as áreas em que a gente necessidade de mobilidade na Cidade.

Outro caso absurdo foi retirar a verba da mobilidade para fazer manutenção em pontes e viadutos. Isso aí foi um absurdo, realmente. Você tira da segurança e põe onde teve desleixo. O Secretário Penido relacionou todas as pontes que simplesmente não fizeram. Agora, a ponte que caiu na Marginal não estava relacionada. Então, eu acho que esse problema do Transporte em São Paulo... As entidades que estavam na câmara temática também puxaram o carro. Conseguiram o que queriam e se mandaram. Então, acho que têm de trazer mais engenharia, mesmo, para vocês.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes)** – Obrigado, Sr. Eduardo Júnior. Eu fiz questão de anotar seus questionamentos, porque, se o senhor não puder estar aqui na segunda, eu mesmo os farei para o Secretário e citarei o seu nome.

Quero passar a palavra para o Vereador Atílio Francisco, para que faça seus questionamentos.

**O SR. ATÍLIO FRANCISCO** – Sr. Presidente, Srs. Secretários, pessoas aqui presentes, não é a primeira vez que eu sou Relator do Orçamento e participo de audiências públicas referentes ao que se defere ao Orçamento. Algo que sempre vemos – e, hoje, aqui,

em detrimento de outras audiências públicas – são as pessoas reivindicando coisas básicas. É que eu acho que a Secretaria de Segurança Urbana tem condições de atender – bases móveis, bases fixas.

Não que a Guarda Civil, com todas as prerrogativas que tem, e a Secretaria, também, não possam dar 100% de Segurança, mas, muitas vezes, aquilo que se mostra, apenas com a intenção de promover alguma Segurança, já é o bastante para a população, Secretário.

Estou como Vereador há 19 anos – quase 20 anos, já. É o quinto mandato. São sempre as mesmas questões, as mesmas reivindicações. Já vimos, também, vários questionamentos do próprio Secretário, dos próprios agentes da Guarda Civil, buscando maneiras, fórmulas, de poder melhorar o serviço. Essas coisas têm sido feitas com pouca intensidade.

Eu quero ver com o Secretário o que é necessário para dar uma atenção melhor. Se não dá para atender todas as reivindicações, se não dá para colocar uma base fixa ou uma base móvel em todos os locais, que possam merecer uma atenção, para dar uma tranquilidade à população de São Paulo. Sabemos que nos grandes centros a Guarda Civil participa e há a Segurança Pública do Estado, também, a polícia. Nas periferias, realmente, ficam a desejar.

Então, quanto custa para implantar uma base fixa, utilizando um espaço? De repente, até, no bairro, os próprios comerciantes podem ceder um espaço para a Guarda Civil, porque também há interesse dos próprios de que haja uma atenção nesse sentido. Quanto custa para implantar uma base fixa ou uma base móvel, para poder dar essa atenção à população de São Paulo?

Às vezes, como Relator, queremos fazer determinadas coisas e não temos base. Não temos atributos para poder viabilizar isso. Eu estava observando, aqui, a planilha de custos da Secretaria e vi que quase não foi deferido nenhum tipo de emenda para a Secretaria de Segurança Urbana. Quer dizer, nem os próprios Parlamentares têm tido disposição de investir alguma coisa, porque o que parece é que há um descrédito do trabalho que tem sido

feito pela Secretaria de Segurança Urbana.

Vemos, sempre, e conversamos com as autoridades da Guarda Civil. Eles falam, realmente, da falta de pessoal, da falta de efetivo. Então, o que é que precisa ser feito? É necessário que haja uma atitude para chamar a atenção do Executivo, de alguma forma, para que ele possa ter uma atenção voltada para a Secretaria e para as necessidades de Segurança que a Secretaria e a própria Guarda Metropolitana possam ter, no que se refere a dar um pouco de tranquilidade para a população, principalmente nos bairros da periferia. Então, eu quero saber do Secretário o que pode ser feito nesse sentido e de que forma nós, aqui, na Câmara, também podemos ajudar, para tentar mover o Executivo a dar uma atenção mais específica, de forma que, verdadeiramente, essas questões de Segurança sejam minimizadas. Que a falta de Segurança na Cidade seja minimizada.

Estamos aqui, à disposição. Eu quero, como Relator, fazer o melhor possível, dentro daquilo que está sendo proposto, para ajudar o Secretário e a Guarda Metropolitana a atender essas reivindicações que foram propostas aqui. Vemos em outras audiências uma quantidade maior de pessoas. De repente, as pessoas que gostariam de estar aqui acham que essa participação não flui, não produz resultados. Então, é preciso que haja uma mudança de ação da Secretaria.

Eu creio que o Secretário está fazendo o melhor, mas é preciso mostrar a cara. É preciso investir. É preciso apresentar as reivindicações necessárias, para que alguma coisa possa ser feita nesse sentido, Secretário. É esse, mais ou menos, o meu comentário. Não é uma reivindicação, mas é um comentário, que eu creio que faz coro com tudo que foi dito aqui, nesta manhã, Secretário.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes)** – Obrigado, Vereador Atilio Francisco. Eu quero, agora, fazer alguns questionamentos ao Secretário. Secretário, o senhor poderia explicar para nós qual é o efetivo, hoje, da Guarda, que nós temos em operação na cidade?

Eu gostaria, também, de saber qual é o investimento que a Secretaria tem feito e

planejado em tecnologia, pensando em tecnologia de videomonitoramento. Nós sabemos, aí, por informações de jornais, que hoje já existem câmeras que, através da leitura facial da pessoa, conseguem identificar, inclusive, pessoas foragidas e esse tipo de coisa. A tecnologia é uma aliada da Segurança Pública. O que se tem, hoje, planejado, na cidade de São Paulo, nesse sentido?

A minha pergunta também é referente a concurso público. Como foi falado aqui pelo Sindguardas, existe a necessidade de novos concursos. O último foi em 2013. Quero saber se isto está no radar, no planejamento da Secretaria, e se existem pessoas que passaram no concurso que foi feito em 2013 e ainda não foram chamadas, porque concurso público tem muito problema nesse sentido. Eu gostaria de saber se ainda há remanescentes para serem chamados, que passaram nesse concurso, eventualmente.

Nós sabemos que a Guarda Civil Metropolitana tem o papel de cuidar do patrimônio público. Entretanto, ela é um auxiliar na Segurança Pública da Cidade, porque vemos várias ações, por meio da imprensa. Há guardas que tomam algumas providências, que conseguem prender indivíduos em ações criminosas, em flagrante. Auxiliam muito a Segurança Pública, no seu contexto geral.

Nesse sentido, o senhor vai me falar o efetivo que tem e qual é o tipo de ação que eles fazem, porque nós temos, também, um sério problema, hoje, na nossa Cidade, em relação aos próprios municipais – por exemplo, venda de drogas às portas de escolas públicas municipais. A presença da Guarda, lá, inibe isso. Ajuda no enfrentamento, na inteligência de enfrentamento desse tipo de crime. Então, como estamos lidando com isso? Foi falado, aqui, da questão dos cemitérios, dos túmulos violados. Isso virou uma prática tão comum na Cidade que passamos a nos acostumar com esse tipo de notícia. Nem depois de morto a pessoa tem paz. Que absurdo! Nossa obrigação é saber qual é o problema. Não estamos dando conta, por quê?

Outro grave problema, de que nós tivemos um relato, aqui, do Secretário do Verde e do Meio Ambiente, na Audiência Pública do Meio Ambiente, foi em relação ao Parque do

Carmo, que teve um incêndio, lá, recentemente. Pelas palavras do Secretário, foi um incêndio criminoso. Se foi criminoso, é um próprio municipal importantíssimo e sabemos que os conselhos gestores dos parques municipais reivindicam há muito tempo a discussão da permanência da Guarda Civil em alguns parques da Cidade ou a criação de uma “Guarda Verde” para esta finalidade. Em vez de ter, lá, um trabalhador terceirizado e uma empresa comum, poderíamos ter um tipo de servidor que pudesse fazer esse tipo de serviço, ali, permanentemente, uma espécie de “Guarda Verde”, porque esse tipo de coisa – escola, cemitério, parques, abusos, tentativas de abuso contra mulheres, uso de drogas em parques... As famílias se afastam, com medo, no meio de um parque, cheio de árvores.

Cá entre nós, essa gestão judiou dos parques, porque a manutenção está precária. Houve um período, inclusive, em que não havia nem a terceirizada para zelar pelos parques. Então, diante de tudo isso, nós perguntamos: qual é o planejamento em relação à Guarda e à Secretaria de Segurança, nesse sentido?

A pergunta que eu faço para o senhor, porque nós estamos discutindo o Orçamento da Cidade: a Guarda está bem equipada, do ponto de vista dos seus instrumentos de trabalho? Foi falado, aqui, que não têm as divisas e, sem as divisas, o rapaz não pode sair para trabalhar. Uma mera burocracia! Acho que é aquela colada no crepe, não é? Aqui, no braço? Então, por uma mera burocracia, perdemos um cidadão no trabalho. Hoje, chegou essa informação para o sindicato, mas quantas pessoas estão passando por isso – e não sabemos – nesse efetivo que o senhor vai nos apresentar?

Nós não estamos aqui para tentar fazer um contraponto, um enfrentamento, querendo mostrar que está ruim. Não, queremos ouvir o que está ruim para tentar colaborar e melhorar, porque eu sei que o que mais quer um gestor que senta em uma cadeira – como o senhor tem essa responsabilidade – é entregar a Cidade muito melhor do que pegou e deixar marcas positivas, cujo reflexo seja na sociedade, de fato. Então, está bem equipada? Está bem preparada, do ponto de vista da ação policial, da ação da Guarda Metropolitana?

Nós estamos fazendo um total de 24 audiências públicas – 10 delas, temáticas.

Então, nós estamos dialogando com bastante gente na Cidade e aqui, na Câmara Municipal, sobre diversos temas. Vemos algumas secretarias em que o Orçamento diminuiu. O pessoal sempre está aqui, apavorado, preocupado. Diminui no momento em que a Cidade aumenta sua arrecadação. A previsão de aumento é de quase 10 bilhões a mais em relação ao ano passado.

Então, eu faço uma pergunta para o senhor. Existe essa diferença, esse aumento, de 6% ou 7%. Qual é o planejamento para a aplicação desse aumento? Já existe? Será aplicada onde essa diferença, que, segundo as minhas contas, aqui, será de cerca de 43 milhões de reais? Será aplicada onde? Isso é suficiente? Precisa de mais? Então, eu gostaria que o senhor nos informasse disso, também.

Só para finalizar, Sr. Secretário, há uma informação, passada pela nossa assessoria, de que foram orçados, em 2019, para a Secretaria de Segurança Urbana, 650 milhões de reais. Entretanto, foram liquidados, até outubro, 426 milhões de reais. Faltam, ainda, cerca de 200 milhões de reais para serem liquidados e dois meses para acabar o ano – já que essa informação é de outubro. Qual é o planejamento? Vai conseguir utilizar o recurso que foi orçado? O problema é que ele não foi descongelado? Vai perder dinheiro em uma área tão importante e delicada como essa? Queremos entender, para que possamos contribuir nesse debate e melhorar o atendimento, pois é disso que a população precisa.

Obrigado, Secretário. Quero já lhe passar a palavra, para que o senhor possa fazer as suas considerações, Secretário Municipal José Roberto Rodrigues.

**O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES** – Respondo, na ordem, às perguntas, Vereador? Então, vamos lá.

Para começar, temos de entender, primeiramente, qual é o Sistema de Segurança Pública. Quem faz o quê, nesse sistema? No Sistema de Segurança Pública, você tem, na União, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal. Não é isso? Nos estados, você tem a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Técnico-Científica e o Corpo de Bombeiros. No Município, nós temos a Guarda Civil Metropolitana. Cada um tem um papel nesse cenário.

Aí, o Sr. Fábio me perguntou: “Poxa, vamos montar uma base?” Em uma base fixa eu imobilizo 15 guardas, porque eu tenho de colocar três homens de dia, três à noite, três no outro dia e três na outra noite – e contar com as férias e os afastamentos. Então, eu perco, de cara, na base fixa, 15 homens. Simples, assim! Fazer gestão de Segurança Pública é entender o processo administrativo e saber como é que eu posso fazer mais ou menos. Então, faz muito mais lógica eu ter viaturas rodando. Esses 15 homens se transformam em sete viaturas. Cinco viaturas vão rondar um perímetro muito maior e vão dar a segurança da mesma forma.

Sei que as pessoas querem ter uma viatura o mais próximo possível. Estamos numa Cidade que tem 39.900 setores censitários. Setores censitários são setores, no Estado são 69 mil, a Cidade tem 39 mil. Então deveria ter, talvez, uma viatura para cada setor. Seriam 39 mil viaturas e 68 mil homens, portanto, não é possível que se faça. Então administrar é escolher prioridades, é ter prioridades. É por isso que não temos capacidade de ter as bases fixas. Simples assim. Isso é um processo e temos de ter essa clareza para poder entender. E dentro de um universo de uma Cidade como São Paulo, mil quinhentos e poucos quilômetros quadrados, 12,5 milhões de pessoas. Se somarmos Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Civil, não temos 32 mil homens. Nova Iorque tem 1.211 quilômetros quadrados, 9 milhões de pessoas e 56 mil policiais.

Então essas coisas precisam ser entendidas e por isso a importância da participação da sociedade na contribuição no sentido de saber que Segurança é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Quando deixamos de fazer uma base fixa não é porque não queremos fazer a base fixa, mas porque administrativamente falando não faz sentido lógico. Quantas bases fixas faríamos, com 15 homens, com 6.106 homens que temos, considerando dia sim, dia não, quantas bases teríamos na Cidade?

Cobriríamos tudo? Não. Deixaríamos simplesmente a Cidade sem a ronda nas escolas, nos hospitais e no serviço público. Essa é uma lógica administrativa só para entender. E a premissa básica, antes de ser Secretário sou cidadão da cidade de São Paulo, também moro aqui. Então o interesse para que a Segurança seja cada vez melhor é de quem mora, que

os filhos andam para lá e para cá e temos interesse como cidadão num primeiro momento.

A Sra. Maria dos Anjos também me perguntou nesse mesmo sentido, da escola, que ela falou com o Secretário Grela. Então Segurança Pública, a Polícia Militar tem o seu papel de combate ao crime, de fazer diferente porque tem o setor em que a viatura fica para atender as demandas da população. A Guarda tem um planejamento para fazer a ronda nas escolas, fazer esse trabalho diuturno.

E temos contribuído muito com a Segurança Pública na cidade de São Paulo sim. A Guarda tem contribuído muito com isso e faz diferença. Tem pesquisa recente mostrando que Guarda armada contribui com a redução do crime na Cidade. Estamos falando de uma Cidade que tem um índice de crime de 5.42 por cem mil habitantes. Índice melhor do que muitas cidades da Flórida, do que muitas cidades de outros países. Precisamos melhorar muito, mas estamos no processo de melhoria nesse aspecto.

O Inspetor Clóvis pergunta – ele é Presidente do Sindicato – sobre processo de abertura de concurso. Fizemos um edital, foi aprovado por Gestão e esta sendo definido do ponto de vista orçamentário. Não tenho a caneta para poder assinar e definir. O que dependia da nossa Gestão foi feito.

Aliás, o Concurso de 2013, mil quinhentos e quarenta e poucos foram chamados agora, quando assumimos, em 2017. Foram chamados nesta legislatura, do Concurso de 2013, que foram chamados 500 antes e nós chamamos mil quinhentos e poucos, dos quais 890 se apresentaram.

Aí o Vereador me pergunta se existe ainda possibilidade. Não existe. O Concurso tem dois anos, foi prorrogado, dada uma dilação e exauriram-se os prazos necessários. Tem gente que ficou de fora porque não tinha mais como chamar juridicamente. Eu queria chamar todos. Não tenho aqui, mas posso passar para o senhor depois, talvez, 30 pessoas ficaram de fora. E queria ter esses 30. Para nós faria todo o sentido.

Também a forma DEAC. Nós fizemos gestão, mandamos o projeto, está tudo lá para poder avançar. Isso impacta em orçamento, é o momento de discutir, tem uma junta

orçamentária financeira que decide em que ponto e em que momento isso avança. Foi isso que fizemos para poder ajustar esse processo. Também entendemos que se aumentar a DEAC, vai aumentar a adesão, a participação e queremos que isso aconteça. Enfim, isso faz parte do nosso processo.

Esse da divisa para mim é novidade. Então se falta alguma coisa tem de reclamar com o Comandante para chegar até nós. Só posso demandar alguma coisa se tenho a informação de que está faltando isso aqui. Fizemos atas de registro de preços e foram compradas 1.500 botas; 2.500 uniformes, compramos cinturões. Tudo foi feito. Tudo foi trabalhado para mudar.

Os uniformes, nós entendemos que tem de ter uma troca constante, não é agora, tem de ser anual essa troca. Temos de dar esses uniformes porque a apresentação é a primeira imagem que o cidadão tem daquele profissional de Segurança e isso faz toda a diferença no atendimento. Entendemos isso.

E eu quero e precisamos saber da informação. Você me trouxe agora a informação que foi passada hoje. Não chegou para mim ainda. E temos também ata lá com divisa pronta, aberta, pode comprar, é só requisitar. Precisa chegar para a gente tomar providências.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES** – Então, veja que coisa, ele trabalha no DML e não sabe disso. DML é o Departamento que cuida da logística, responsável por saber e distribuir os uniformes. É muito estranho que alguém que trabalha lá não tenha tido o mínimo de ação no sentido de: vou pedir. Ou ele mesmo, antecipadamente pedir não só para ele, para todo mundo da Guarda. Mas, enfim, vamos resolver. Acho que a questão é resolver o problema. Acho que do Inspetor Clóvis acabei respondendo.

A Sra. Maria Souza Silva, de Parelheiros, é a mesma lógica. Quando falo de base fixa, Vereador, não é só para a Guarda, para a PM também, se for pedir uma base fixa vai ser o mesmo discurso, porque é um discurso lógico. Nós administramos recursos que não são nossos. Temos de avançar nisso aí. Isso é um trabalho que nem cortar unha, todo dia

tentamos fazer alguma coisa.

O Sr. Amato Neto falou da investigação. A investigação está com a Polícia Civil, nós não temos a atividade de investigação. Como colaboramos com a investigação na cidade de São Paulo? Quando assumimos a Secretaria - o senhor falou da colaboração da Secretaria com a investigação – tínhamos 75 câmeras e gastávamos 320 mil reais por mês. Hoje temos 2.955 câmeras e não gastamos um real com isso. E essas câmeras estão à disposição da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Guarda. É um sistema. Chama-se City Câmeras, que está à disposição do cidadão, da Polícia. O cidadão que tiver uma câmera voltada para a rua pode disponibilizar essa câmera para o sistema e a Polícia Militar e Civil tem acesso.

Precisa aumentar, mas saímos de 75 para 2.955. Rio de Janeiro tem 1.500; Bogotá tem 1.537; Nova Iorque tem 17 mil câmeras.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES** – Esse é um processo, Vereador. Vai ter mais. Estamos, junto com a Secretaria da Educação, já com o termo de referência pronto para lançar uma licitação e colocar oito câmeras em cada escola, com analítico de intrusão, para que a Guarda Civil seja avisada se alguém – no período que está em vigilância – adentrar a escola. Avisa a Central e mandamos a viatura. Um processo de inteligência e economia de recursos. São 1.500 escolas do Município.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES** – Hoje as câmeras HD têm capacidade de com pouca luminosidade fazer. Até transformam, saem de colorido para preto e branco para ter maior acuidade na tomada dessas imagens, mas é um processo. Volto a lembrar de que trabalhamos aqui com recurso público, dos nossos impostos, é isso que estamos fazendo aqui. Então tem de fazer com o maior cuidado possível.

Qualificação da Guarda. A Guarda é muito qualificada. Os guardas são muito qualificados, porque um dos requisitos para promoção é a qualificação. E a Academia da Guarda tem esse cuidado, o guarda está sempre sendo reciclado, treinado.

Com relação ao colete, o que temos aqui é o colete nível 3-A. É o maior nível que tem de colete. Queremos que ele nunca seja usado, experimentado, mas a proteção de colete para a Guarda é a mesma proteção que tem para a Polícia Militar. Fizemos recentemente e compramos 4.484 coletes, agora mais de cinco mil coletes foram comprados.

O Sr. Eduardo Junior, Engenheiro, não fez a pergunta direto para mim, só para citar, Vereador Atilio, com relação à base fixa é isso, o grande custo é o pessoal, porque quando eu mobilizo 15 policiais, se tenho uma inspetoria que tem 60 guardas, é um quarto, 25%. E isso dificulta o nosso trabalho, quando, na verdade quanto mais viaturas eu tiver rondando a região, fazendo esse trabalho é importante.

No sentido também de poder trazer a população nos ajudando com as informações. Lembrando que a Polícia Militar tem seu papel, a Guarda tem o seu, nós temos de cuidar dos próprios municipais. Temos de fazer cada vez melhor. O que pudermos levar de câmeras para esses próprios vamos levar dentro do Projeto City Câmeras, que é outra lógica muito mais barata de se colocar.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES** – O efetivo da Guarda hoje é 6.106 guardas. Esse é o efetivo que temos. A previsão de efetivo para a Guarda são 15 mil homens, pela lei 13.022 podem ser até 22 mil homens. Poderia chegar a isso. E isso tem um custo. Temos que ir aos poucos. Por isso chamamos todos esses do Concurso de 2013. Por isso fizemos o edital. Nossa ideia é que tenha uma mudança constante. Segurança Pública não pode ter lapso de tempo entre uma contratação e outra. Por isso temos uma Guarda já envelhecida e isso é um problema.

**O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes)** – Essa proposta de chamamento que o senhor entregou em Gestão, quais são os detalhes dela, para quantos novos homens?

**O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES** – Mil homens. Mais mil guardas.

**O SR. ATÍLIO FRANCISCO** – Não sei se já foi feito algum estudo nesse sentido, um trabalho paralelo com a Polícia Militar de regionalizar a Segurança. Por exemplo, aonde se

instala uma base da Polícia Militar criar focos da Guarda Civil naquela região para ficar mais fácil também para o próprio policial da Guarda Civil levar alguma demanda para esse posto policial. Regionalizar, criar um entorno em função da Base da Polícia Militar e criar um sistema paralelo com a Guarda Civil. Obviamente, sabemos que o objetivo da Guarda Civil é mais de segurança patrimonial do que pessoal, mas criar um modelo de Segurança.

Há alguns anos tive a oportunidade de fazer uma visita aos Estados Unidos, Miami, e não vi um policial na rua. E me falaram o seguinte: faz alguma coisa errada para você ver o que acontece na hora, porque esse sistema de segurança de câmera que o senhor falou é fundamental. E a verdade é essa, de repente não é necessário se investir nisso, é só ver nas ruas, em comunidades que já têm essas câmeras e fazer uma integração com o sistema da Guarda Civil.

Então minha ideia é criar um sistema centralizando uma base da Polícia Militar e no entorno a Guarda Civil, ainda que não tenha postos fixos – esses postos móveis -, para poder dar uma melhor qualidade na Segurança Urbana da Cidade.

**O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES** – Sou oriundo da Polícia Militar, as bases estão acabando, estão deixando de existir, sendo desativadas as bases fixas da Polícia Militar.

O que fizemos aqui quando assumimos, a lógica da Guarda era a lógica de área da Subprefeitura. Nós mudamos isso. Hoje, cada inspetoria corresponde a uma área de um batalhão, que tem correspondência com a área das delegacias. E nós conversamos no mesmo patamar.

Então temos lá o Inspetor, o Comandante do Batalhão e o Delegado Titular, que conversam. Eu recebo todas as informações da Segurança Pública do Estado, na nossa plataforma eu sei, por delegacia, por rua, qual a rua mais impactada, qual o horário do dia. E aí têm ações de Prefeitura que são importantes porque se vai num lugar, na periferia, onde tem o tráfico de drogas num comércio qualquer, a PM vai lá, prende o cidadão, a Polícia... Agora, quem fecha é a Prefeitura. Quem tem o poder de polícia administrativa é a Prefeitura.

Então, nós estamos aliando o que é de Prefeitura para colaborar com a prevenção

criminal. Esse trabalho já vem sendo feito. Criamos o Compstat Paulistano, que é estatística comparada; os inspetores mensalmente analisam todos os dados dos BOs da Cidade; eles analisam do ponto de vista criminal e do ponto de vista da Prefeitura: o que é possível fazer? Onde podemos avançar? O que posso fazer nessa questão? É assim que estamos definindo quais lugares da cidade a gente vai captar mais câmeras para o nosso sistema; isso já foi feito desde outubro do ano passado e existe a mesma correspondência diária da Polícia Militar com a Guarda Civil Metropolitana.

Vereador Alessandro, o efetivo tem 6.106 guardas; Tecnologia, o City Câmeras é uma tecnologia importante, porque ela traz as câmeras das pessoas sem custo nenhum das empresas, igrejas e comércio. Isso vem para o sistema. Nós dividimos com a Polícia Militar e Polícia Civil. É o cidadão quem autoriza a termos acesso à imagem dele. Ele autoriza que essas imagens sejam passadas para a Polícia. Aquela lógica da Polícia Civil de sair num fato de crime, para olhar para cima, não tem. Ele vai no sistema, no endereço, e vê onde tem a câmera no City Câmeras. Isso já está no Copom da Polícia Militar. Essa integração já existe. Então, tem um guarda dentro do Copom, e a gente tem ligação direta, num trabalho muito coordenado e muito importante da Polícia Militar e da Polícia Civil com a Guarda Civil Metropolitana. Isso todo dia a gente vê. E os noticiários têm mostrado isso. Todos os dias a Guarda apareceu na televisão prendendo traficante, fazendo ações, prendendo pessoas em flagrantes, ações meritosas, fantásticas, que mostram um profissionalismo fantástico: no último dia 18, quatro rapazes, dois menores e dois maiores, entraram num comércio e começaram a assaltar – isso vemos pela câmera, e está no G1 da Globo de ontem -, a Guarda passa, percebeu a ação, voltou e prendeu os quatro em flagrante. Ele poderia ter passado e dito que não viu nada, foi treinado e agiu bem.

**O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes)** – Um complemento da pergunta: então, nós temos 2.900 câmeras? Duas mil, novecentas e cinquenta e cinco, as quais não são instaladas pela Prefeitura? São câmeras também de cidadãos que disponibilizaram acesso para a Prefeitura?

**O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES** – Exatamente, dentro do Projeto City Câmeras.

**O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes)** – Deixa eu te perguntar uma coisa: nesse sentido, existe uma condição de ampliação muito maior então. Por que qual é a cobertura de câmera de outros cidadãos que não estão integradas?

**O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES** – São Paulo tem um milhão de câmeras. A ideia é se amplie muito e que as pessoas à medida que conheçam ampliem.

**O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes)** – Porque uma coisa é dialogar com o comerciante, que é o primeiro interessado, mas existe, por exemplo, ruas residenciais em bairros que sofrem demais com esse problema, inclusive, algumas colocam faixas elaboradas pelo Conseg: “Aqui existe a vizinhança solidária e segurança”.

Essas pessoas sabem disso? Se um cidadão quiser fazer essa parceria e disponibilizar a sua câmera para a Prefeitura, existe essa comunicação para que as pessoas saibam?

**O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES** – Então, o que eu estou fazendo: a gente faz palestras nos Consegs, associações. Então, o então Prefeito João Doria foi à China e trouxe quatro mil câmeras; nós dividimos isso pelos 96 distritos da Cidade e demos para as Subprefeituras, para estas fazerem parcerias com a comunidade local e fazer a instalação e trazer. Então, as pessoas vão fornecer a internet e a nuvem, porque isso tudo é feito na nuvem. Então, o senhor entra no celular e pega as câmeras da cidade, tem o aplicativo, e isso está avançando.

O cidadão tem acesso só à câmera dele. Nós temos, agora, a Lei Geral de Proteção de Dados que entra em vigor em agosto, com a qual temos que tomar muito cuidado, mas toda a Administração, a Polícia Militar e a Polícia Civil têm acesso – tem que se cadastrar, tem toda uma governança dessas imagens, porque existem questões...

**O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes)** – O cidadão que quiser disponibilizar...

**O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES** – Então, é isso que eu quero dizer. Hoje,

quando a senhora tem uma câmera em casa, deixa eu explicar, tanto que é voluntário, é para quem quiser colocar, não existe obrigação nisso.

Existe um *site*: City Câmeras em que está escrito como fazer para quem quiser disponibilizar. Vai ter que entrar no *site*, lá tem toda a relação do que é preciso, o tipo de câmera, tudo explicado, essas câmeras em nuvem tem que se cadastrar, com contrato social, documento pessoal, analisado pelo jurídico, essas empresas estão no *site*, são 50 empresas, as pessoas podem consultar qualquer uma delas.

Hoje, as pessoas contratam a câmera, a qual é armazenada num DVR, no equipamento de gravação, naquele que você paga dois mil reais – não sei quanto pagam por isso -, essa é uma realidade.

O que a gente fala é o seguinte: eu pagava quatro mil e quinhentos reais por câmera na Cidade, e não pago com meu dinheiro, pago com o nosso dinheiro, do governo, das pessoas, então, se você tem uma câmera em casa, e o Município paga por uma câmera, você está pagando duas vezes: a sua mais a que eu estou pagando aqui.

O que eu quis fazer foi um sistema que caiba. Eu não quero gastar dinheiro com câmera. A segurança não precisa ter câmera, precisa de imagem, eu não preciso administrar câmera, não preciso ficar correndo atrás se a câmera está ou não funcionando; não preciso ter um guarda dando *zoom*. Eu quero que essas câmeras que existem, se as pessoas se sentirem confortáveis com isso, que as pessoas as tragam. As associações de bairro já estão fazendo isso, é um processo. Vou deixar com o Vereador o do City Câmeras e um outro aplicativo que é como se fosse um Waze, no qual o cidadão informa a respeito de situações.

Naquela ideia de que segurança é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é aquela questão da Vizinhança Solidária da Polícia, não preciso ser amigo do meu vizinho, mas preciso saber que aquela pessoa que está na casa do meu vizinho nunca estava ali. Isso é, no mínimo, suspeito. Então, tenho que avisar alguém que alguma coisa está errada. Se eu não avisar, aquele cara pode pular para a minha casa.

É a questão de a gente estar participando. Essas duas plataformas são

colaborativas, que tiram o gasto do Governo, que poderá gastar com outra coisa, a divisa que está faltando para Guarda. Foi isso que a gente quis fazer.

Também usamos o drone, quando nós iniciamos aqui, uma semana depois, a Aeronáutica regulamentou essa utilização, a ANAC teve a regulamentação justamente uma semana depois, a qual também está aqui. O drone é importante nas áreas de invasão, enfim, tem um uso muito importante.

Do concurso público que o senhor perguntou: os 30 e poucos não tinha mais como; eu gostaria muito que tivesse, porque as pessoas tiveram que se apresentar dentro do prazo.

O papel da Guarda: eu diria que ela não é auxiliar da Polícia Militar, muito ao contrário, é parceira num processo de segurança pública, estão no mesmo nível. Nós temos protocolos de atuação conjunta, nós fomos ao Largo da Concórdia, uma parte da PM, uma parte da Guarda Civil, trabalhamos aqui na Nova Luz.

Com relação às escolas: é isso o que a gente está trabalhando, Vereador, essa questão da segurança. Nos cemitérios: a gente tem um trabalho desde o início da gestão; fizemos várias reuniões, já destinamos 500 câmeras para o Serviço Funerário instalar nos cemitérios para melhorar essa questão; temos atividade delegada DEAC da Guarda em cemitérios; prendemos muitas pessoas que furtaram em cemitérios, tivemos muitas prisões; só Assunção do centro prende todos os dias alguém que esteja furtando alguma coisa. O cemitério é um espaço em que as pessoas podem entrar livremente. Não existe um controle. Às vezes, fica difícil para o Guarda saber se aquela pessoa que está lá é da família, se não é; tudo isso nós discutimos ao longo desse processo; fizemos um projeto para cada um dos cemitérios, onde colocar as câmeras, as quais disponibilizamos para o Serviço Funerário, que está contratando a instalação dessas câmeras nesse processo.

Com relação à Guarda Ambiental: a nossa Polícia Ambiental é maior do que a Polícia Ambiental do Município. Com a última formatura, colocamos mais 50 Guardas na Polícia Ambiental. Nós temos uma operação integrada de Defesa das Águas que fazemos. Então, o trabalho da Guarda Ambiental quer seja na zona Norte ou Sul e até na Leste é diário.

Agora, é muito grande o processo todo. Estamos trabalhando na operação integrada de Defesa das Águas, criando protocolos, mais brevemente, serão publicados Portarias e Decretos, empoderando a Guarda para poder autuar o pessoal que está desmatando, enfim.

O senhor me perguntou se a Guarda está bem equipada: não tenho feito outra coisa, desde o início, se não tentar melhorar cada vez mais, mas é um processo que a gente sempre vai ter que melhorar. Tecnologia é algo que está, então deve ser publicado amanhã um chamamento público para as empresas que queiram fazer não parcerias, porque um polo de conceito a gente não consegue fazer, mas *body council*, tem processo de compra de coletor de dados, que tudo impacta em orçamento que a gente tem que negociar liberação para poder comprar.

O meu chefe de gabinete foi Diretor de Tecnologia da Polícia, o meu adjunto foi Diretor de Logística, então, temos pessoas capazes para poder melhorar cada vez mais, mas a gente tem limite de atuação e dinheiro no bolso para poder fazer isso. O pessoal do CAF, que está com a gente aqui trabalhando essa questão todo o dia.

Com relação ao que o senhor falou dos 650 milhões, na verdade, ai tinha o dinheiro do BNDES que não entrou este ano, foi passado para o ano que vem, por isso que está dando essa diferença e o que falta dessa diferença é o restante do pagamento para o final do ano, que é salário, décimo-terceiro, que vai impactar tudo isso que estamos falando.

O do BNDES não entrou este ano porque ele faz o contrato, os projetos foram apresentados, foi feito o impacto no endividamento da Prefeitura e agora foi passado para o orçamento deste ano que está aqui: 124 milhões.

**O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes)** – Também perguntei, Secretário, em relação à diferença deste orçamento para o ano que vem, qual o planejamento de gasto desse acréscimo.

**O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES** – Na verdade, como é que é feito? Perguntamos para todas as inspetorias para fazerem a sua necessidade. Aí vem para gente. Isso é trabalhado, isso vai para a Fazenda e chega tudo isso. Então, isso já foi pensado em

todo o gasto: onde tinha de ter os aumentos, tudo já foi colocado. Passo depois passar a V.Exa. tudo isso que foi definido item a item.

**O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes)** – Seria importante também que você passasse para nós depois qual é a expectativa, o que poderia melhorar em relação ao que já está planejado aqui. Um acréscimo de 6 a 7%? Mas, olha, se crescesse 10% ao invés de 7, 12%, ajudaria porque a gente conseguiria enfrentar aquele problema específico, porque de repente no debate aqui na Câmara Municipal o relator debruçado sobre os números da Cidade, pode ser que a gente consiga fazer alguma coisa, é a nossa prioridade a gente está aqui para contribuir com essa situação.

**O SR. ATÍLIO FRANCISCO** – Está chegando uma fortuna do pré-sal, não é? Quando me falaram que era para agregar esses valores ao orçamento, eu fiquei entusiasmadíssimo. Quando eu fui ver o percentual que cabe a cidade de São Paulo, 15 milhões, eu falei: “pelo amor de Deus, 15 milhões em São Paulo dá para fazer muita coisa em uma área definida, mas no todo não dá para fazer quase nada”.

Secretário, o Alessandro perguntou com relação à tecnologia, e está mais do que sacramentado que o sistema de drone pode auxiliar e muito. A Secretaria tem algum plano, algum projeto, algum valor que possa ser investido nesse sistema de tecnologia?

**O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES** – Tem sim. Nesse projeto do BNDES tem previsão de 40 drones que a gente está querendo trazer. Nós tínhamos sete, compramos mais sete, não sei se a empresa entregou, não sei se sancionado e se entregou o equipamento. A ideia é regionalizar, é que cada inspetoria tenha o seu para poder fazer sua atividade lá. Então, a ideia que a gente tem e já está trabalhando esse processo de regionalização.

Hoje nós temos o Dronepol, que fica na secretaria e faz as ações do Município todo. A ideia é que a gente possa levar. Então, o drone para gente é um material fundamental.

**O SR. ATÍLIO FRANCISCO** – Uma das coisas que fico pensando e se fala muito é de proteção de fronteiras. Temos uma fronteira extensa no nosso País e já passou da hora das nossas Forças Armadas pensarem em criar modelos de proteção das nossas fronteiras via

drone, por que se estiver ao alcance de um drone hoje, você vê hoje as grandes potências usam aviões drones. Fazem uma cobertura grandiosíssima ao invés de investir e ficar colocando o soldado do exército a cada 10m para policiais fronteiras, que é impossível, usa drone, cria postos na fronteira e de um posto para o outro precisa de drones policiando, visualizando para minimizar contrabando, tráfico de drogas, de armas e outras coisas mais.

Eu acho que o Governo teria que pensar nisso, buscar maneiras de investir nessa área para poder garantir a nossa soberania.

**O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes)** – Obrigado, Secretário José Roberto.

Quero passar a palavra para ao Secretário-Adjunto Celso Monari para algum complemento que considerar necessário.

**O SR. CELSO MONARI** - Queria agradecer a presença de todos.

É bem importante ouvir o nosso Secretário que consegue através até das perguntas que vocês fizeram poder passar as informações do que a Secretaria está realizando. É uma Secretaria realizadora e creio que o momento da Segurança Urbana de São Paulo, no aspecto do Município, vive um momento bem importante, de muito avanço, como foi explanado pelo Secretário.

A gente ouve pela própria palavra do Secretário o quanto ele conhece da área depois de mais de 35 anos na Polícia Militar e agora há três anos à frente da segurança urbana do Município.

Então, como cidadão, fico muito orgulhoso de saber do quilate do nosso Secretário Coronel José Roberto Rodrigues de Oliveira. Parabéns a todos. A Secretaria de Segurança Urbana está à disposição para ouvir as críticas, sugestões, afinal de contas é na crítica que a gente, às vezes, aprende muito mais do que no elogio. Então, se os senhores tiverem novas contribuições, podem acessar o *site* da Prefeitura direcionado para Segurança Urbana ou através dos *e-mails* que foram disponibilizados com o pessoal da organização.

Muito obrigado. Um bom dia a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes)** – Obrigado, Secretário-adjunto Celso

Monari. Quero agradecer também a presença do Secretário Municipal de Segurança Urbana Sr. José Roberto Rodrigues de Oliveira; o nobre Vereador relator Atilio Francisco e toda a sociedade presente nesta importante audiência pública, pelos esclarecimentos trazidos e as críticas também, como disse o Secretário-Adjunto, que fortalecem as discussões e os debates e também a busca por soluções necessárias que a Cidade precisa.

Não havendo mais oradores inscritos declaro realizada a presente audiência pública.

Informo a todos que a partir das 14h30 haverá audiência pública sobre o tema da Habitação na cidade de São Paulo. Estão todos convidados. Muito obrigado pela presença.

Boa tarde a todos.

---

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**  
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4  
**NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO**

REUNIÃO: **17757** DATA: **22/11/2019** FL: **31** DE 31

---